



## **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA 26 de setembro de 2019**

**Local:** Rua Cuiabá, 48, Bairro Portuguesa - Igreja Nova Aliança

**Data:** 26/09/2019

**Horário:** 8h30m

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2019, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na sala reunião da Igreja Nova Aliança. A presidente Rejane Romagnoli inicia a reunião dando boas-vindas. Na sequência, apresenta as **justificativas de ausência**: Jucelei Pascoal, Edgar Marandola, Mileni Secon, Denise Calderão e Carolina Fávoro. Proposta de pauta: foi solicitada a inclusão de pauta da indicação de membros para compor a Comissão de Seleção do Edital de Chamamento. Foi aprovada por unanimidade. **1. Apresentação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente – TCE/PR – 2º quadrimestre 2019; 2. Avanços e desafios na prevenção e enfrentamento de situação de suicídio envolvendo criança e adolescente, com destaque para os pontos indicados pelo CMDCA em 2018 e sobre a medicalização de criança e adolescente; 3. Apresentação do Programa ACESSUAS – TRABALHO (Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho); 4. Eleição da Sociedade Civil para composição de nova gestão no CMDCA; 5. Termo de adesão do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em situação de violência – Resolução nº 375/2018 – SEDS e Resolução nº 017/2019 – CMAS; 6. Processo de escolha de membro do Conselho Tutelar – gestão 2020 – 2024; 7. Proposta de inclusão de pauta – Indicação de Membros para compor a Comissão de Seleção para Chamamento Público; 8. Relato de Comissão e de representação do CMDCA; 9. Informes.** Iniciamos a reunião. **1. Apresentação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente – TCE/PR – 2º quadrimestre 2019.** O controlador-geral do Município, Newton Hideki Tanimura, inicia a explanação do Orçamento Criança, apresentando o servidor Fabrício Borges de Sousa, que é responsável pela compilação dos dados. Newton solicita a Plenária, a revisão da Resolução que indica o prazo da referida apresentação no CMDCA, pois não consegue atender a Resolução com os dados solicitados dentro do prazo. Fabrício aponta que o melhor seria acontecer após a finalização do quadrimestre e ser apresentada na 2ª reunião ordinária do CMDCA. Edsonia Marcelino, Secretária Executiva do CMDCA, aponta que essa é a forma de apresentação atual, foi um pedido do CMDCA, diante das dificuldades para análise dos dados e o entendimento dos conselheiros de direitos, que avaliavam o relatório quadrimestral. A conselheira de direitos Ana Maria do Nascimento indica como proposta a criação de um cronograma de apresentação do relatório quadrimestral, compatível com a agenda de apresentação na audiência pública, em conjunto com a Comissão de Fundo e Controladoria. Na sequência, Newton explica o Orçamento Geral do município, tendo o montante global de R\$ 736.428.609,00 (setecentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, seiscentos e nove reais); os maiores valores de recursos estão distribuídos na Educação, Saúde e Assistência Social. Explica que orçamento geral do Orçamento Criança deve ser executado no mínimo 90% do orçamento previsto, caso não aconteça, a Controladoria tem que justificar a não execução dos recursos ao Tribunal de Contas do Paraná. Fica a cargo de a Controladoria cobrar das Secretarias a não execução dentro do limite exigido de 90%. Inicia a apresentação dos projetos/atividades de cada Política. No relatório da Secretaria de Governo não teve questionamentos. Na Educação, Magali aponta que os recursos para construção e/ou reforma de prédios públicos não poderiam ser executados com recursos específicos do Orçamento Criança e adolescente. Newton destaca que mesmo sendo de execução exclusiva, não é apenas para atendimento direto a criança e adolescente, mas não deixa de ser em benefício de criança e adolescente. O conselheiro de direitos Luis Mangili aponta que na Secretaria Municipal de Educação, indicação de construção de imóveis é permitido. Na Secretaria Municipal de Cultura, não houve questionamento. Na Assistência Social, houve questionamento: quanto à baixa execução do recurso de manutenção dos Conselhos Tutelares, que teve 10% referente a recurso do FIA (Fundo para Infância e Adolescência). No eixo de fortalecimento do CMDCA, da execução de apenas 8% do proposto. E com relação a repasses de recursos pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), quanto à execução de recursos destinados do Imposto de Renda. Na apresentação dos dados da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, não houve questionamentos. Na Autarquia Municipal de Saúde, quanto à Política de Assistência Farmacêutica, com recurso já executado na sua totalidade do valor e não houve alteração do relatório anterior, Claudia Denise Garcia, da Autarquia Municipal de Saúde, informa que este recurso entra no processo de licitação por consórcio de alguns medicamentos e o Município complementa com mais compras de outros medicamentos, assim, como o estado compra os demais



## **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA 26 de setembro de 2019**

medicamentos necessários. Claudia aponta que pode ser solicitada, pelo CMDCA, a listagem de medicamentos específicos para criança e adolescente junto ao órgão do responsável – CAF, Centro de Abastecimento de Medicamentos municipal, sendo possível também obter no site do município essa listagem da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais). Nos projetos/atividades da CAAPSML, não houve questionamentos. Na Fundação de Esportes, não houve questionamentos. A conselheira de direitos Leonice Vicente Mattos questiona se não deveriam ser encaminhadas as previsões não executadas até o momento pelas Secretarias. A Comissão de Fundo solicita nova conversa com a Controladoria para alinhamento das ações que não foram executadas pelas Secretarias. Adriana Zaganini, Coordenadora de Comissão de Fundo, faz a leitura da ata com parecer favorável do Relatório quadrimestral do Orçamento Criança e dos encaminhamentos propostos pela Comissão de Fundo, no qual foi aferido que o valor do Orçamento Criança atualizado é de R\$ 736.428.608,93 (setecentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, seiscentos e oito reais e noventa e três centavos) tendo sido executado R\$ 436.917.865,20 (quatrocentos e trinta e seis milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos), o que corresponde a 59,33% (cinquenta e nove e trinta e três centésimos por cento) do valor total fixado para o exercício. O parecer foi aprovado por unanimidade pela Plenária. **2. Avanços e desafios na prevenção e enfrentamento de situação de suicídio envolvendo criança e adolescente, com destaque para os pontos indicados pelo CMDCA em 2018 e sobre a medicalização de criança e adolescente.** Rejane contextualiza que foi solicitada a Autarquia Municipal de Saúde a apresentação e exposição de dados, informações e eventual fluxo de atendimento para os casos de suicídio, ou tentativa, entre as crianças e adolescentes no Município de Londrina. Resgatando o que foi deliberado no ano de 2018 pelo CMDCA, com os seguintes destaques: necessidade de ampliação e qualificação de espaços de fala e escuta nos ambientes escolares para acolhimento e expressão das crianças e adolescentes; melhoria da articulação da saúde mental com a educação, principalmente no âmbito da educação estadual; estabelecimento de fluxo entre as políticas públicas e Organizações da Sociedade Civil para a devida assistência e proteção à criança e adolescente com a tentativa de suicídio; pautar o debate sobre medicação aplicada à criança e ao adolescente em relação à saúde mental; necessidade de reposição e ampliação do quadro de pessoal no CAPS/Saúde, melhoria da estrutura de atendimento e aprimoramento da busca ativa, fundamentalmente para o segmento criança e adolescente, conforme recomendação administrativa feita pela 24ª Promotoria para a Autarquia Municipal de Saúde. Culminaram no Ofício nº 283/2019 – CMDCA, expedido para AMS, CMS, SESA – avaliação dos avanços e desafios quanto aos encaminhamentos propostos em 2018, para essas ações deliberadas. Foi encaminhado o convite ao psiquiatra Diego Augusto Nesi Cavicchioli para uma palestra, porém o mesmo não conseguiu conciliar sua agenda para fazer a explanação na reunião do CMDCA. Foi convidado o servidor Mário, Diretor de Proteção Básica do Estado/17ª Regional de Saúde, que faz explanação dos dados sobre suicídio no município de 2018. O perfil no Brasil: tem-se mais suicídio entre idosos, no Estado do Paraná a média de 700 casos. Aponta que é necessário fazer uma análise dos fatores de riscos de proteção e desproteção de criança e adolescente, principalmente em tentativas de suicídio, que podem abafar situações que causam maiores problemas e/ou que tenham sinais de transtorno mental, que procuram ajuda na atenção básica sem as devidas atenções. Informa que existe um manual de orientações para a mídia televisiva que podem influenciar as crianças e adolescentes, e que o suicídio tem muitas causalidades. E que devemos escutar mais que falar nesse processo de pessoas em sofrimento em relação à tentativa de suicídio. Magali Batista de Almeida aponta que no seu serviço tiveram 4 tentativas de suicídio e que o comportamento auto lesivo (automutilação) para muitos adolescentes tem sido uma forma de esquecer da dor que estão sentindo. Mário pontua que deveria ter mais informações sobre o suicídio e a indicação dos locais de ajuda disponíveis. Claudia aponta que existe um falso tabu de que suicida não fala; as pessoas com ideias suicidas falam por ações e condutas, principalmente com relação aos adolescentes e crianças que têm acometido por razões de necessidade de aceitação em grupo, bullying e jogos. E que atualmente já foram notificados casos de crianças de 6 anos com tentativas de suicídio. Mário aponta que a profissional Flávia da Saúde poderia ser convidada pelo Conselho para fazer uma discussão com a rede de serviços quanto à questão do suicídio. O conselheiro tutelar Daniel pontua que precisamos trabalhar com as políticas públicas de esporte, cultura e rodas de conversas com ações mais próximas para a proteção de criança e adolescentes. Mário informa sobre o programa para adolescentes

## **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA 26 de setembro de 2019**

em medida socioeducativa e que pode voltar neste Conselho para apresentar as propostas de atuação para os adolescentes. Claudia aponta que poderíamos fazer uma capacitação para conselheiros tutelares sobre suicídio. Dulcelina Silva, representante da Comissão de Saúde Mental no Conselho de Saúde, relata que o congelamento dos recursos para políticas públicas e de demais ações deste governo, rebatem nas pessoas quanto à sua dignidade, principalmente nas pessoas em situação de rua e adolescentes em locais impróprios. Na sequência, Mário retoma que os trabalhadores também precisam ser cuidados para que consigam cuidar; que questões multifatoriais, como falta de afeto ou excesso de afeto e/ou sofrimento precisam ser olhadas. Mesmo em tempos de avanço tecnológico, podem vir ações e situações que refletem nas novas gerações. A conselheira de direitos Karen Ikeda aponta que o debate sobre reforma previdenciária no Brasil, com mudanças próximas do modelo do Chile, pode acometer os idosos no Brasil, assim como acontece no Chile, aumentar o número de suicídios e/ou tentativas de suicídios; que na Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, estão realizando rodas de conversas no sistema prisional sobre relacionamentos abusivos com os homens apenados e pergunta ao Mário o porquê aumenta o índice em setembro de suicídio. A conselheira de direitos Carolina relata uma conversa com adolescente do Rio de Janeiro, disse que os adolescentes das comunidades fazem uso de maconha como forma de fuga da realidade e que as pessoas fora das comunidades têm outros meios de fuga da realidade. Na sequência, Mário finaliza dizendo sobre as notificações e as subnotificações e como identificar essas ações nas tentativas e/ou suicídio e da necessidade de propagação do número 188 de atendimento a situações de suicídio. Dulcelina aponta que precisamos ampliar, debater e criar rede de apoio para a questão do suicídio. Mário informa que a sua Gerência e a própria Autarquia Municipal de Saúde estão à disposição para maior articulação com a rede de serviços. As propostas discutidas foram aprovadas por unanimidade pela Plenária. **3. Apresentação do Programa ACESSUAS – TRABALHO:** Camila Kauan, coordenadora do ACESSUAS, inicia sua fala apresentando o Programa ACESSUAS, que traz como dinâmica a possibilidade dos usuários de 14 a 59 anos inseridos na política de assistência social, com uma meta de inclusão de 6.200 (seis mil e duzentos) usuários até dezembro de 2019. Tem como objetivos: orientações quanto ao mundo do trabalho, promover atividades para reconhecer suas potencialidades, viabilizar o acesso dos usuários atendidos a direitos e serviços e acompanhar a trajetória de acesso ao mundo do trabalho. Camila aponta que serão realizadas 4 oficinas (acolhida; desenvolvimento de habilidades e orientação para mundo de trabalho; acesso a oportunidades e monitoramento do percurso do mundo de trabalho) baseadas na vivência dos usuários que estão participando das oficinas em todos os territórios e que culminam na construção de projeto de vida. O conselheiro tutelar Elizeu Carvalho solicita que seja feito contato com os conselheiros tutelares sobre o ACESSUAS. Dulcelina aponta que políticas de governo têm excluído pessoas do mercado de trabalho formal e empurrado para o trabalho informal e que esse Programa induz que permaneçam na informalidade, temos que lutar por políticas públicas efetivas. Camila pontua que esse processo de inserção no mundo do trabalho pode despertar essas oportunidades nas pessoas e que infelizmente não haverá trabalho para todos. Camila aponta que nas rodas de conversas com pessoas em situação de rua e/ou acolhimento institucional, os usuários têm feito devolutivas positivas de como foi importante esse espaço de escuta e debate sobre o mundo do trabalho. Camila destaca que a sua equipe tem feito seu melhor para atender a essa demanda. Willian Silva, do Ministério Público, pontua que isso é precarização das relações de trabalho e uma ação que fomenta o empreendedorismo para pessoas com necessidades básicas para subsistência não garantidas. **4. Eleição da Sociedade Civil para composição de nova gestão no CMDCA:** O conselheiro de direitos José Wilson de Souza aponta que devido ao pouco prazo, estão com dificuldades de contato e que precisam de prorrogação do prazo de inscrição até dia 07.10.2019 para reforçar os contatos com Entidades, sendo necessário definir nova estratégia para divulgação – levar para reunião, indicação de alternativa caso não tenha número suficiente de Organizações da Sociedade Civil inscritas. **5. Termo de adesão do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em situação de violência – resolução nº 375/2018 – SEDS e Resolução nº 017/2019 – CMAS .** Retirada de pauta. **6. Processo de escolha de membro do Conselho Tutelar – gestão 2020 – 2024.** José Wilson aponta que estão em processo final da Eleição e que amanhã terão reunião às 08h30 no Ministério Público com os candidatos e que os conselhos de direitos podem participar. Reforça que todos podem colaborar na divulgação da forma de eleição do Conselho Tutelar nos serviços e informar que no dia da votação os eleitores precisam levar o título de eleitor e um documento com foto; relata sobre os locais de votação e informa aos



## **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA 26 de setembro de 2019**

conselheiros de direitos que em breve deverão indicar um local de votação em que ficarão como suporte no dia da Eleição. **7. Proposta de inclusão de pauta – Indicação de Membros para compor a Comissão de Seleção para Chamamento Público.** Rejane aponta a necessidade de indicação de conselheiro de direitos governamentais e não governamentais para o chamamento do Edital de Aprendizagem, diante da nova eleição para o CMDCA em processo, será necessário oficializar a SMAS para aguardar os novos membros do CMDCA. **8. Relato de Comissão e de representação do CMDCA:** A Comissão de Fundo manifesta parecer favorável à aprovação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência, referente ao 2º Quadrimestre de 2019, mediante esclarecimentos dos itens apontados nesta ata. Ao final da reunião, Adriana informa que participou de uma reunião referente à doação casada/FMDCA, na Câmara de Vereadores, como representante da instituição Flávia Cristina, juntamente com outras instituições, na qual estavam presentes o Procurador-Geral do Município, um representante da SMAS e o vereador Jairo Tamura; esclarece que nessa reunião, como encaminhamento foi proposto que o CMDCA faça a articulação com o Ministério Público e o CAOPE-PR. Encerrou sua fala informando que o Procurador se dispôs a acompanhar a articulação com o CAOPE-PR. Rejane ressalta a necessidade de retomar com Promotora Josilaine Aleteia de Andrade César, a questão das doações casadas junto a CAOPE, se não teve qualquer alteração, assim como sua manifestação sobre o banco de projeto e ofício enviado pela Procuradoria do Município, indicando a necessidade de Edital de Chamamento e do posicionamento do Judiciário quanto à ação coletiva, se este for entendimento das OSCs que aguardam os recursos da Doação Casada. Informa que o CMDCA convocará as instituições e Ministério Público quanto à definição do posicionamento das OSCs para encaminhamentos. Luis ressalta que neste documento deve ter um posicionamento oficial das entidades. Os encaminhamentos propostos foram aprovados por unanimidade pela Plenária. **9. Informes.** Rejane informa sobre o Convite do Londrina Pazeando, referente ao Abraço no Lago e do Dia de Destruição das armas de brinquedo, que acontecerá na praça da zona norte. E da resposta da Secretaria Municipal de Assistência Social, quanto ao empenho de lanches solicitados pelo CMDA. Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria Nascimento, lavrei a presente ata que deverá ser apreciada pelos conselheiros para aprovação.